



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



## Maioria do DF vota contra Lula no marco legal do saneamento

A base do governo Lula está restrita a dois deputados federais fiéis, quando se tratam de deliberações na Câmara Federal. Foi o que ficou claro na votação que derrubou o marco legal do saneamento básico. Seis integrantes da bancada do DF — Alberto Fraga (PL), Bia Kicis (PL), Fred Linhares (Republicanos), Gilvan Máximo (Republicanos), Júlio César Ribeiro (Republicanos) e Rafael Prudente (MDB) — votaram a favor do projeto de decreto legislativo que sustou as mudanças realizadas pelo presidente Lula nas regras para contratos com empresas de saneamento. Apenas Érika Kokay (PT) e Professor Reginaldo Veras (PV) votaram contra. O placar foi de 295 votos a favor e 136 contra. O texto segue para o Senado, onde Lula também perde na bancada do DF. Izalci Lucas (PSDB) e Damares Alves (Republicanos) são oposição e vão votar como a maioria da Câmara. Apenas Leila Barros (PDT) segue com Lula. O mesmo placar seria registrado nesta semana se o Congresso votasse o projeto das fake news.

Mariana Lins/Esp. CB.



## Mais recursos para programas de combate à violência contra a mulher

Projeto de Lei apresentado pela deputada distrital Doutora Jane (Agir) destina o valor correspondente a 5% da arrecadação de cada sorteio do serviço público de loteria do Distrito Federal para financiar programas de combate à violência contra a mulher. A proposta é acrescentar um artigo com esse teor na Lei 7.155, do Poder Executivo, que regulamenta sorteios, sancionada em junho de 2022.

## Parcerias

O secretário de Relações Internacionais, Paco Britto, se reuniu, ontem com a secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura de Rocha. O encontro ocorreu no Palácio do Itamaraty e teve como pauta o estreitamento de laços entre a secretaria e o Ministério das Relações Exteriores. "Foi uma visita muito produtiva e que já promete render bons frutos com projetos em conjunto", adiantou Paco.

## Na Justiça

O Sindicato dos Professores (Sinpro) prepara uma segunda crise para o governo Ibaneis Rocha. A paralisação da categoria causa muito transtorno e desgaste. Mas a Procuradoria-Geral do DF já protocolou uma ação judicial para restringir a greve. Ibaneis é perito no assunto. Advogou para sindicatos. Agora está do outro lado da mesa.

## Ibaneis reitera pedido de reajuste para segurança

O governador Ibaneis Rocha (MDB) assinou ontem um ofício ao governo federal reiterando a mensagem com o reajuste de 18% para as forças de segurança do DF. O documento será entregue por aliados de Ibaneis na reunião prevista para hoje sobre o assunto no Palácio do Planalto.

Ed. Alves/CB/DA Press



VICTORIA DUARTE/DIVULGAÇÃO



## Tributo a Jamaica

Que tal se o Rapper Dj Jamaica, que morreu recentemente, emprestasse seu nome ao restaurante comunitário de Ceilândia? A homenagem foi sugerida pela deputada Paula Belmonte (Cidadania), que realizará audiência pública na administração regional da cidade em 19 de junho para debater a proposta. O local antes abrigava o Centro Comunitário Quarentão, onde Jamaica começou sua carreira artística. "Ele se tornou um ícone da cultura hip-hop e levou a cultura de Ceilândia para o mundo", ressalta Paula Belmonte.

## Benício diz que se afastou de servidor investigado por rachadinha

O ex-presidente da Câmara Legislativa Benício Tavares disse que o servidor Celso Francisco de Assis, investigado por fazer rachadinha, no âmbito da Operação Merizão, "tomou outros caminhos" depois da campanha de 2018. "Não tive mais contato com ele. E sinto pelo rumo que ele tomou. Não tenho mais ligação política com ele desde o ano passado", afirmou Benício.

Paulo de Araújo/CB/D.A. Press



"Esse trio foi contratado por R\$ 30 mil. Temos a listagem de quem contribuiu. O senhor é o arrecadador"

Deputado distrital Chico Vigilante (PT), presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa

"Sou o comprador na minha empresa, sei pechinchar. Tenho habilidade para negociar. Não paguei um centavo do Coyote. Ajudei, pagaram e ponto. Minha participação foi essa"

Empresário Adauto Lúcio Mesquita, suspeito de ter bancado um trio-elétrico usado em manifestações no QG do Exército



Ed. Alves/CB/DA Press



SÓ PAPOS



HUGO BRISTOL/DIVULGAÇÃO CLDF

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**IRREGULARIDADE /** A partir da próxima segunda-feira, o DF Legal começa uma operação para monitorar o crescimento acelerado da cidade e desobstruir áreas destinadas ao governo. Ação deve durar dois meses

# Fiscalização mira Vicente Pires

» ARTHUR DE SOUZA  
» MARIANA SARAIVA

Obras irregulares da região de Vicente Pires serão fiscalizadas, a partir da próxima segunda-feira, pela Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal). De acordo com portaria publicada ontem no *Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)*, o órgão vai monitorar o crescimento acelerado da cidade, fiscalizar edificações e desobstruir áreas destinadas ao governo.

A ação deve durar dois meses, segundo a norma, e vai focar nas construções verticais. Será feito um levantamento em todo o perímetro da região administrativa. Os assistentes operacionais do DF Legal vão usar um aplicativo para gravar a localização, tirar fotos e juntar outras informações dos endereços. A partir disso, os resultados serão repassados à Subsecretaria de Fiscalização de Obras (Suob), que dará início a segunda etapa, a partir de 10 de julho.

De posse do mapeamento, a secretaria vai fazer as autuações cabíveis em cada uma das obras. Para identificar as irregularidades, serão usadas as Diretrizes Urbanísticas do

Arquivo do CB



Em outubro de 2017, um prédio desabou, no lote 2A, da chácara 149, matando Agmar Silva, de 55 anos

Setor Habitacional Vicente Pires (DIUR 02/2015) e o Plano de Uso e Ocupação do Solo para o local. Nesses documentos estão delimitadas as regras do que pode ou não pode ser feito em cada uma das áreas da cidade. "Vamos notificar, apreender materiais, multar e intimar a demolir, a partir da avaliação de cada um

dos casos", explica Dimas Junior, subsecretário de Fiscalização de Obras, por meio de nota.

Segundo o presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires e Região (Amovipe), Gilberto Camargos, a operação veio somente após a criação de um abaixo-assinado por parte da entidade. "Isso depois de

tentar amigavelmente, por várias vezes, que as obras de edifícios fossem fiscalizadas, pois desobedecem a todos os parâmetros legais", afirma. "Não somos contra a construção de prédios, desde que atenda às diretrizes, com vagas de garagem para todos os apartamentos, com os recuos legais, e que

## Fiscalização

Ações em números, desde 2019

- 342 embargos
- 274 intimações demolitórias
- 257 autos de infração
- 154 notificações
- 111 apreensões de materiais
- 54 interdições

\*De acordo com o DF Legal, foram realizadas mais de 5 mil operações

não invadam a rua e a calçada", complementa Camargos.

Em relação à operação da DF Legal, o presidente da Amovipe está incrédulo. "Nós ainda não acreditamos nessa força-tarefa. Acho que não passará de um teatro para dar satisfação à mídia e tudo continuará como está, pois quem manda em Vicente Pires são os empresários, que compram tudo e todos que estiverem à venda", reclama. Camargos lembra que as obras irregulares acontecem desde a criação de Vicente Pires. "Mas aumentaram assustadoramente a partir de 2019, onde tudo ficou permitido e nenhum agente do DF Legal é punido por fazer vista grossa", protesta.

A associação criou um abaixo-assinado visando a não continuidade das construções dos edifícios. O texto contido na página, assinado por Gilberto Camargos, diz que tais obras estão "sem controle" e transformaram Vicente Pires em "um caos", em todas as ruas. "Na Rua 4A, por exemplo, no trecho entre a Rua 4 e a Rua 8, as construções irregulares de edifícios assustam, pela quantidade que surgem em um único logradouro", alerta. "Além dos mais de 200 apartamentos sem vagas de garagem já existentes, prevê-se, nos próximos meses, a construção de mais de 300 outros", destaca o texto.

## Autonomia

Ao *Correio*, o administrador regional de Vicente Pires, Gilvando Galdino, informou que a DF Legal tem autonomia e é o único órgão competente para fiscalizar obras em todo Distrito Federal. "As ações realizadas são de determinação do governo, a fim de manter a ordem e o cumprimento das legislações vigentes sobre o assunto. A Administração Regional de Vicente Pires sempre se coloca à disposição da secretaria para cumprimento da legalidade das ações realizadas", reforçou Galdino.